



Barrar a Reforma da Previdência é NOSSA PRIORIDADE

Governo quer atacar nossos direitos e ampliar a miséria em nosso país

Os impactos da Reforma da Previdência ultrapassam o ataque às aposentadorias dos trabalhadores. A proposta pode colocar um número maior de brasileiros abaixo da linha da pobreza e ampliar a miséria em nosso país. E não se engane, retirar os direitos dos trabalhadores é prioridade do governo federal.

Os mandatos de Dilma e Temer ten-

taram aprovar propostas de reformas semelhantes. Dois anos atrás, a força da mobilização do conjunto dos trabalhadores conseguiu barrar o avanço do ataque. Agora, há necessidade de intensificar esse movimento e construir a necessária greve geral.

Os servidores municipais de Curitiba mostraram com a mobilização do dia 22

de março que não permitirão que este ataque seja aprovado. Nosso movimento, que começou nos locais de trabalho, precisa se expandir para toda a cidade. Somente com o apoio da população que atendemos nas escolas, nas unidades de saúde, na FAS e dos trabalhadores das demais categorias conseguiremos enfrentar essa retirada de direitos. Firmes!



REFORMA DA PREVIDÊNCIA AMPLIA MISÉRIA ENTRE BRASILEIROS

Hoje, a previdência pública garante o pagamento de 35 milhões de benefícios ao mês. O número deveria ser maior, mas **25% das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros ficam de fora da previdência social, devido a informalidade e a precarização do trabalho.**

Dos benefícios pagos, **quase 65% equivalem a apenas um salário mínimo.** Mesmo assim, de acordo com dados do IBGE de 2018, **mais de um quarto da população vive abaixo da linha da pobreza.** Isso significa que **mais de 52 milhões de brasileiros têm renda mensal inferior a R\$ 406,** parâmetro definido pelo Banco Mundial.

Esse número tende a crescer, caso a proposta seja aprovada. A Reforma quer desvincular os benefícios do salário mínimo, o que significa que o número de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza deve aumentar.

Agravamento da miséria

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é pago a idosos, a partir de 65 anos, ou pessoas com deficiência com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O valor atual do benefício é de R\$ 998. Mas Bolsonaro quer cortar o valor pra R\$ 400, menos da metade. O benefício só chegaria ao salário mínimo quando a pessoa completasse 70 anos. Agora, com condições tão precárias de vida, em que condições essa pessoa chegará a essa idade, se chegar!?

A dificuldade para se aposentar e a renda tão reduzida inevitavelmente levarão ao **agravamento da fome e da miséria.** Com isso, há um **aumento da demanda por serviços públicos** como saúde e assistência social. **Aumenta também a vulnerabilidade das alunas e alunos das redes públicas,** o que gera ainda mais sobrecarga para os trabalhadores da educação pública.

E, se hoje, já vivemos um período de escassez nas áreas sociais, com menos recursos, principalmente com a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, o cenário deve piorar caso a Reforma vá adiante.

A violência como consequência da desigualdade

Ao passo que aumentam os números da miséria sobem também os dados da violência e do crime. Esse é o reflexo de um país profundamente desigual.

A questão da violência, que já é bastante presente em nossa realidade, deverá se intensificar com a ampliação da pobreza. Segundo os dados do Atlas da Violência 2018, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houveram 62.517 homicídios em 2016, último ano com dados disponíveis. O recorde indesejado representa 14% mais do que o número de homicídios de 10 anos atrás.

Barrar a Reforma da Previdência é também evitar o aumento dessas estatísticas e ir contra a ampliação da miséria em nosso país. **É lutar pela garantia de direitos sociais para o conjunto da classe trabalhadora e, principalmente, lutar contra o aumento da extrema pobreza.** Venha se somar a essa luta!

CAPITALIZAÇÃO

PRIVATIZA lucro para os bancos

Modelo chileno que inspira a Reforma da Previdência

A mudança mais perversa proposta na Reforma da Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes é a criação de um novo modelo privado para gerir as aposentadorias, chamado de capitalização. Além de acabar com qualquer garantia de que as próximas gerações recebam uma aposentadoria digna, esse novo sistema tira recursos que antes iriam para o sistema público.

É o mesmo mecanismo que o prefeito Rafael Greca vem tentando usar para fazer com que o CuritibaPrev acabe de vez com o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Os novos trabalhadores são empurrados para o sistema privado e isso cria um buraco no sistema público por causa da diminuição na entrada de novos contribuintes.

O discurso de que os dois sistemas, público e privado, vão coexistir é parte de uma estratégia do governo para

tentar diminuir a resistência. A verdade pode levar todo o regime a colapso em poucos anos.

O regime de capitalização é menos para bancos e fundos e mais para quem quer aumentar seus lucros e o orçamento da Previdência Social.



ENTENDA AS MUDANÇAS PROPOSTAS COM

	SISTEMA PÚBLICO: REPARTIÇÃO
O QUE É	Sistema solidário em que todos os trabalhadores da ativa contribuem para pagar as aposentadorias. 
QUEM CONTRIBUI	Trabalhadores, empregadores e governo. 
QUEM ADMINISTRA	Governo/INSS 
VALOR	Não pode ser menor que um salário mínimo. 
GARANTIA	Pagamento garantido pelo governo. 
AUXÍLIOS	Garante auxílio em casos de doença, acidente ou gravidez. 

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA: Pobreza e miséria para os trabalhadores

Plano de aposentadoria miserável para os idosos e garante lucros milionários para os bancos e fundos de pensão

à proposta, que na
me público atual ao

é ruim para todos,
de pensão que bus-
colocar as mãos no
cial.



Trabalhadores chilenos protestam contra o regime de capitalização

fotos: Gustavo Venegas



MODELO DE CAPITALIZAÇÃO CAUSOU TRAGÉDIA SOCIAL NO CHILE

>>> A privatização da previdência feita no Chile, em 1981, durante a ditadura Pinochet, aumentou a desigualdade social e jogou a maior parte dos aposentados na miséria.

Os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar 10% do salário por no mínimo 20 anos para se aposentar. Não há contribuição dos empregadores ou do governo.

As aposentadorias são baixas por causa dos rombos causados pelas crises financeiras e porque a maior parte dos trabalhadores não consegue se manter contribuindo ao longo dos anos por causa do alto índice de desemprego e de trabalho informal. Além disso, as administradoras de fundos de pensão abocanham parte dos rendimentos, mas não são responsáveis por cobrir os prejuízos caso o investimento dê errado.

A mobilização dos trabalhadores chilenos fez o governo criar em 2008 um complemento que é pago apenas aos aposentados mais pobres. E agora vem sendo debatida uma contrarreforma para exigir que os empresários também contribuam com a Previdência.

COM O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO

SISTEMA PRIVADO: CAPITALIZAÇÃO

É cada um por si. O trabalhador paga uma contribuição individual e obrigatória que é usada para financiar a própria aposentadoria.



Só o trabalhador. Não há contribuição das empresas ou do governo.



Empresas privadas: bancos, seguradoras e fundos de pensão.



Valor da aposentadoria fica à mercê do mercado e das crises financeiras.



Não há garantia. Podem ser cobradas contribuições extras dos trabalhadores para cobrir furos causados por má administração.



Não há garantia.



Bolsonaro afirma que reforma da Previdência tem inspiração no sistema chileno

Em visita a Santiago, presidente defendeu que reforma dos militares é muito profunda

Janaina Figueiredo, enviada especial

21/03/2019 - 17:41 | Atualizado em 21/03/2019 - 18:32



FOLHA DE S. PAULO

Exemplo de Guedes, Chile tem contrarreforma da Previdência

Sistema de capitalização precisa de ajustes por causa de benefícios muito baixos

91% DOS APOSENTADOS NO CHILE RECEBE MENOS DA METADE DO SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS

Fundação Sol | 2015

>>> Aposentadoria paga é, em média, **30% a 40%** do que os trabalhadores recebiam na ativa.

>>> **PAÍS TEM O MAIOR NÚMERO DE SUICÍDIOS ENTRE IDOSOS DA AMÉRICA LATINA.**

>>> Dos **34 países** que privatizaram a previdência social,

18 estão voltando atrás por causa das graves consequências sociais.

Fonte: Organização Internacional do Trabalho - OIT | 2018

CAMPANHA DE LUTAS

União dos servidores AVANÇA PARA COBRAR DIREITOS e dar um basta ao desgoverno Greca

Pressão busca reverter ataques aprovados no pacote e frear desmonte dos serviços públicos

Barrar as novas ameaças de retirada de direitos e avançar na preparação de uma grande greve unificada das servidoras e servidores para recuperar as perdas causadas pelo pacote de Greca. É com essas duas tarefas que damos início a nossa Campanha de Lutas.

No ano passado, o prefeito conseguiu fixar a data-base no dia 31 de outubro, mas a negociação das demais reivindicações deve acontecer a partir do mês de abril, com prazo de três meses para serem concluídas. Nossas reivindicações foram debatidas e revisadas em assembleia no dia 27 de março e já foram entregues à Prefeitura.

Se depender da administração municipal, essa negociação será só um faz de conta para disfarçar, enquanto o prefeito mantém a postura intransigente

e tenta empurrar o desmonte dos serviços públicos a contragosto sem qualquer diálogo com os sindicatos. É o que Greca vem fazendo para tentar aprovar a contratação via Processo Seletivo Simplificado (PSS), um tipo de contratação com piores salários e menos direitos, que coloca em risco a continuidade dos concursos e ameaça a qualidade dos serviços públicos.

Só a força da união e da luta dos mais de 30 mil servidores e servidoras é capaz de frear os ataques e dar um basta ao desgoverno Greca. Essa união já começou, com a mobilização que as direções do SISMMAC e do SISMUC vêm realizando juntas nos locais de trabalho. E ainda pode crescer muito mais, com a participação da população trabalhadora que utiliza os serviços públicos na nossa luta!



Assembleia unificada do dia 27 de março reafirmou as reivindicações que serão cobradas do prefeito



Março também foi marcado por protestos pela liberação das licenças-prêmio e contra a aprovação do projeto que libera a contratação via PSS



No aniversário de Curitiba, a Rua XV de Novembro amanheceu repleta de balões e placas com denúncias dos problemas enfrentados pela cidade

VEJA AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DESSA CAMPANHA DE LUTAS

- Retornar a data-base para 31 de março, com correção das perdas causada pelo período em que não houve reajuste.
- Descongelamento dos planos de carreira, com garantia de manutenção de todos os direitos previstos em lei.
- Fim do CuritibaPREV e devolução de todos os recursos tirados ilegalmente do nosso Instituto de Previdência.
- Convocação dos aprovados nos concursos públicos e garantia de realização de novos concursos. Extinção do projeto que libera a contratação via PSS.
- Manutenção do auxílio-transporte em dinheiro.
- Rever a medida que dispensa a formação pedagógica para atuação nos CMEIs. Voltar atrás na transferência de turmas de pré para escolas sem garantia de condições adequadas.

ACESSE O SITE DOS SINDICATOS PARA CONFERIR TODAS AS REIVINDICAÇÕES DA PAUTA DO SISMMAC E DO SISMUC!

